

“VOCÊ PODERIA CHAMAR UM TÁXI?”: IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS E DISTINÇÕES PRAGMÁTICAS EM INTERAÇÕES ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES¹

Acadêmico: João Victor CHIQUETTO SILVA (UEPG)²
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Chiara LEGROSKI (UEPG)³

RESUMO: O presente Trabalho de Conclusão de Curso procura investigar, numa perspectiva pragmática griceana, a geração e a interpretação de algumas implicaturas conversacionais no português brasileiro. Para tanto, dedicamo-nos primeiramente a uma revisão da literatura pertinente sobre a temática, especialmente detida nas definições da Pragmática Conversacional e das intenções comunicativas, baseada em Grice (1975[1982]). Em seguida, recorreremos particularmente, como *corpus* de análise, a alguns dados representativos de interações falante/ouvinte entre portugueses e brasileiros, buscando confirmar nossa hipótese de pesquisa: a de que há diferenças pragmáticas marcantes a nível cultural, ou seja, no uso comunicativo da linguagem, entre o português brasileiro (PB) e o europeu (PE); mais especificamente no que se refere à geração e à interpretação de certas implicaturas conversacionais. Consideramos tal problema de pesquisa relevante no campo da pragmática, uma vez que as implicaturas representam um grande interesse de estudo no âmbito da interação linguística e do princípio griceano da cooperação linguística (PC). Para chegar aos resultados que apresentamos, que consistem basicamente na análise e discussão dos dados mencionados, buscamos descrevê-los de acordo com os conceitos griceanos das máximas conversacionais e de suas eventuais violações (e da consequente geração de implicaturas conversacionais). Como resultado, com base nos dados analisados, confirmamos que, conforme nossa hipótese previu, é notável que a geração de implicaturas conversacionais usuais para o PB muitas vezes parece não se dar do mesmo modo no PE, causando justamente os problemas de comunicação aqui representados – muitas vezes até gerando situações “engraçadas” aos olhos dos brasileiros. Para este trabalho, utilizamos como referencial teórico principal os estudos de Grice (1975[1982]); Levinson (2007) e Dascal (1982; 2005).

Palavras-chave: Pragmática conversacional. Máximas conversacionais. Princípio da cooperação. Implicaturas conversacionais. Português brasileiro. Português europeu.

RESUMEN: El presente Trabajo de Conclusión de Curso busca investigar, en una perspectiva pragmática griceana, la generación y la interpretación de algunas implicaturas conversacionales en el portugués brasileño. Para ello, hacemos primeramente una revisión de la literatura pertinente sobre la temática, especialmente detenida en las definiciones de la Pragmática Conversacional y de las intenciones comunicativas, basada en Grice (1975[1982]). A continuación, utilizamos particularmente, como *corpus* de análisis, algunos datos representativos de interacciones hablante/oyente entre portugueses y brasileños, en busca de confirmar nuestra hipótesis de investigación: la de que existen marcadas diferencias pragmáticas en nivel cultural, es decir, en el uso comunicativo del lenguaje, entre el portugués

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em junho de 2019 como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Acadêmico do 4º ano do curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Respektivas Literaturas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes; Departamento de Estudos da Linguagem. E-mail: jvchiquetto@outlook.com.

³ Professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marinalegroski@gmail.com.

brasileño (PB) y el europeo (PE); más específicamente en lo que se refiere a la generación y a la interpretación de ciertas implicaturas conversacionales. Consideramos este problema de investigación relevante en el campo de la pragmática, ya que las implicaturas representan un gran interés de estudio en el ámbito de la interacción lingüística y del principio griceano de la cooperación lingüística (PC). Para llegar a los resultados que presentamos, que consisten básicamente en el análisis y discusión de los datos mencionados, buscamos describirlos de acuerdo con los conceptos griceanos de las máximas conversacionales y de sus eventuales violaciones (y de la consiguiente generación de implicaturas conversacionales). Como resultado, con base en los datos analizados, confirmamos que, según nuestra hipótesis previó, es notable que la generación de implicaturas conversacionales usuales para el PB muchas veces parece no darse del mismo modo en el PE, causando justamente los problemas de comunicación aquí representados – muchas veces incluso generando situaciones "divertidas" a los ojos de los brasileños. Para este trabajo, utilizamos como referencial teórico principal los estudios de Grice (1975[1982]); Levinson (2007) y Dascal (1982; 2005).

Palabras clave: Pragmática conversacional. Máximas conversacionales. Principio de cooperación. Implicaturas conversacionales. Portugués brasileño. Portugués europeo.

ABSTRACT: *This work aims to investigate, into the gricean pragmatic perspective, the generation and the interpretation of some conversational implicatures in Brazilian Portuguese. To do so, we first focus on a review of relevant literature on the subject, especially in the definitions of Conversational Pragmatics and communicative intentions, based on Grice (1975 [1982]). Then, we use, as corpus of analysis, some representative data of speaker/listener interactions between Portuguese and Brazilian people, seeking to confirm our research hypothesis: that there are marked pragmatic differences at cultural level, that is, in the communicative language use between Brazilian (BP) and European Portuguese (EP); more specifically regarding the generation and interpretation of certain conversational implicatures. We consider this subject relevant in the pragmatic field, since implicatures represent a great interest of study in the scope of linguistic interaction and the gricean linguistic cooperative principle (CP). In order to obtain the results presented, which consist of the analysis and discussion of the mentioned data, we seek to describe them according to the gricean concepts of the conversational maxims and their eventual exploitations (and the consequent generation of conversational implicatures). As a result, based on the analyzed data, we confirm that, according to our hypothesis, it is remarkable that the generation of usual conversational implicatures for BP does not seem to occur often in the same way in EP, causing the communication problems represented here – even generating "funny" situations according to the Brazilians. For this work, we used as theoretical frame the studies of Grice (1975[1982]); Levinson (2007) and Dascal (1982; 2005).*

Keywords: Conversational pragmatics. Conversational maxims. Cooperative principle. Conversational implicatures. Brazilian portuguese. European portuguese.

1. Introdução: no jogo pragmático, as peças são as palavras

A **pragmática** está em todos os lugares, não só nas conversações, embora as conversações talvez sejam **únicas** no sentido de que **a sua estrutura depende diretamente da interpretação pragmática dos atos de fala que as compõem** (DASCAL, 2005, p. 559, grifos nossos).

A abrangência do campo de estudos da linguística é marcante e característica. Nesse amplo domínio, há várias áreas que determinam olhares

particulares para os múltiplos fenômenos linguísticos, causando fascínio especialmente pela complexidade característica de cada um desses inúmeros campos.

Considerando a abrangência dessa ciência é que somos impelidos, enquanto interessados pelos estudos linguísticos – e considerando que a importância desses estudos consiste justamente no fato de que, além de ser “um instrumento de comunicação de nossos pensamentos”, a linguagem é “um instrumento de nosso próprio pensar” (DASCAL, 1982, p. 21) –, a buscar direcionamentos específicos para analisar certas manifestações linguísticas e sua relação com a maneira como raciocinamos.

Assim, avaliando essa necessidade de um direcionamento pontual, situamos o presente trabalho na subárea da teoria e análise linguística, mais especificamente orientada pelo campo da Pragmática, que é breve e claramente definida por Stalnaker (1982, p. 59) como “o estudo da linguagem em relação àqueles que usam a linguagem”. Ou seja, é a área que se dedica ao “estudo dos **atos linguísticos** e dos **contextos** nos quais eles são executados” (STALNAKER, 1982, p. 64, grifos nossos).

Deste modo, concebemos nosso trabalho especificamente no campo da Pragmática Conversacional⁴, que aborda, entre outros, o campo da interação por meio da língua, ou seja, seus usos contextualizados. Essa subdisciplina linguística tem como objeto o significado da linguagem *em uso*.

É a partir dessa consideração que nos propomos, também, a retomar a divisão tripartite de Morris (1938 *apud* LEVINSON, 2007), que basicamente define a ciência dos signos e sua relação com os intérpretes, dividindo-a entre a *sintaxe*, que se ocuparia das relações existentes entre os próprios signos, prescindindo de qualquer alusão aos significados ou aos falantes; a *semântica*, que abstrai-se dos usuários e centra-se na relação entre os signos e os objetos que representam; e a *pragmática*, cujo objeto de estudo é a linguagem manifestada numa dada situação comunicativa

⁴ Ao situar o trabalho neste âmbito, vale ressaltar que não foi nosso objetivo incluir em nossa discussão aspectos essencialmente socioculturais (que talvez se aproximassem do interesse de áreas como a sociolinguística, a pragmática crítica, ou a análise do discurso, por exemplo), como seria o caso de uma possível tentativa de relação dos fenômenos aqui analisados com questões como política linguística, preconceito, racismo etc. Estamos interessados, sim, em discutir questões amplamente relacionadas aos aspectos linguísticos do fenômeno em questão. Afinal, conforme afirma Dascal (2005, p. 49), “seria um erro propor uma teoria da comunicação baseada apenas em aspectos sociais, descartando noções estruturais ou formais”.

concreta, ou seja, inclui relações entre os signos, os significados e, especialmente, os falantes.

Vale ressaltar, outrossim, que, para delimitar o escopo de nosso trabalho, seguimos a clássica distinção que estabelece certos limites/fronteiras entre a semântica e a pragmática, sendo que aquela se preocupa com o significado e a referência linguística, enquanto que esta visa ao estudo do sentido da linguagem em uso; ou seja, a semântica seria um campo de estudos mais preocupado com a representação dos estados de coisas, enquanto a pragmática estaria preocupada com a análise do processo de transformação do significado em sentido (STALNAKER, 1982).

Assim, a partir dessa consideração, destacamos o raciocínio abduutivo característico dos estudos da pragmática. Ou seja, esse é um campo que exige o desenvolvimento de explicações a partir da refutação de outras teses (diferentemente da semântica, que é dedutível, calculável), sendo que parte, evidentemente da *lógica* (como fica claro já no título do texto de Grice, nossa principal referência para este trabalho), mas nunca será um cálculo totalmente garantido, apresentando, portanto, considerável *variabilidade*.

Para facilitar a associação entre o campo em que nosso estudo se situa e o “mundo real”, parece-nos pertinente considerar os estudos da pragmática como análises que pensam a língua em uso como se fosse um jogo. Nos jogos, sempre podem-se incluir novas regras, “mesmo que não estejam no manual, desde que os participantes entrem em acordo, mas isso não necessariamente valerá para todas as outras partidas” (HENRIQUES; LEGROSKI, 2017, p. 190).

Essa metáfora do jogo nos parece bastante útil para que passemos a compreender o que significa ter um olhar baseado na pragmática sobre a língua, visto que, por essa perspectiva, as línguas humanas consistem basicamente na soma daquilo que é estável (ou seja, compartilhado por todos os falantes, como os componentes lexicais, morfológicos, sintáticos e semânticos) com aquilo que é instável ou negociável (ou seja, a parte essencialmente pragmática da língua, que inclui fatores contextuais, situacionais, ambientais, de conhecimento de mundo (não compartilhado etc.) (Ibidem, p. 191).

É exatamente essa segunda parte (o *negociável* das interações) que foi designada aos estudos da pragmática, que têm historicamente o mérito de afirmar que não é por serem contextuais e relativamente instáveis que tais fatores não possam

ser previstos ou generalizáveis – afinal, é isso que faz o filósofo e linguista H. P. Grice (1975) ao propor sua teoria, que detalharemos posteriormente. Pela primeira vez, com Grice, propõe-se “uma generalização a respeito de como somos capazes de **inferir** coisas que não foram ditas com todas as palavras” (Ibidem, p. 191-192, grifo dos autores). Além disso, é fato (comprovável a partir de buscas sobre investigações recentes da área) que o estudo das relações entre o dito e o comunicado por implicação é uma tendência bastante atual da pragmática.

Com efeito, também destacamos, aqui, que este tipo de trabalho tem a clara intenção de ir na contramão da histórica relutância de alguns linguistas em reconhecer a pertinência dessa área de estudos para a Linguística, negligenciando-a (DASCAL, 1982). Afinal, essa é, atualmente, uma área já bem delimitada e que, segundo Levinson (2007), relendo a definição clássica de Carnap (1938), se dedica

[às] investigações linguísticas que tornam necessária a referência a aspectos do contexto, onde o termo contexto é compreendido de modo que abranja as identidades dos participantes, os parâmetros temporais e espaciais do acontecimento discursivo e [...] as crenças, o conhecimento e as intenções dos participantes do acontecimento discursivo e, sem dúvida, muito mais (LEVINSON, 2007, p. 5-6).

É justamente por dedicar-se a essa investigação tão ampla que olha para esses aspectos contextuais citados por Levinson (que envolvem identidade, conhecimento de mundo, intenções enunciativas etc.) que consideramos essa abordagem relevante para a discussão que nos propusemos a fazer. A partir dessa definição de Levinson, delimitamos, então, a problemática focalizada no presente trabalho, uma vez que visamos justamente a uma investigação linguística baseada na análise de aspectos do contexto, especialmente os relacionados às identidades dos participantes; ao conhecimento de mundo (não) compartilhado; e às intenções destes [quando interação com ouvintes de culturas distintas] – aspectos notadamente relacionados, aqui, ao fato de serem falantes do PB ou do PE.

Assim, neste trabalho, buscamos, a partir do âmbito da pragmática, ou seja, centrados no já mencionado “estudo da linguagem em relação àqueles que usam a linguagem” (STALNAKER, 1982, p. 59), apresentar alguns problemas baseados em dados de interações entre portugueses e brasileiros, nas quais, por alguma razão, a comunicação não se deu exatamente da maneira esperada (ao menos não da maneira como o falante brasileiro parecia esperar).

Essa discussão parte de nosso problema de pesquisa, que, basicamente, consiste no desejo de identificarmos se as diferenças culturais entre duas comunidades linguísticas – notadamente a do português brasileiro e a do português europeu – podem ter influência no aspecto da pragmática da linguagem. Ou seja, buscamos, a partir de uma *postagem* no site *BuzzFeed*⁵ que nos chamou bastante a atenção (considerando também nosso interesse prévio em distinções entre o PB e o PE⁶), investigar se esses *mal-entendidos*⁷, muitas vezes entendidos até como piadas pelos brasileiros, são fruto de distinções marcantes a nível de pragmática.

Mais especificamente, buscamos, a partir dos dados selecionados e de uma extensa revisão da literatura pertinente, especialmente no que tange às definições da Pragmática Conversacional, das intenções comunicativas e, sobretudo, das implicaturas conversacionais⁸ (GRICE, 1975[1982]; DASCAL, 1982; 2005; LEVINSON, 2007; STALNAKER, 1982), situar nosso problema em uma perspectiva conversacional que nos permita analisar os curiosos dados de que dispomos em nosso *corpus* como situações em que a expectativa de geração de determinada implicatura conversacional por parte do falante brasileiro não foi cumprida pelo interlocutor português.

Nosso ponto de partida é, portanto, a análise desses dados (que serão detalhados a seguir, no tópico “análise das interações selecionadas”). Apresentamos, para tanto, uma fundamentação teórica que embase essa análise. Depois de delimitar essa base, descrevemos o fenômeno a ser analisado de maneira genérica, e nos esforçamos para defender a análise de nosso *corpus* por meio do princípio griceano da cooperação conversacional, além de suas máximas características; afinal, é

⁵ As interações foram extraídas de <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>.

⁶ Consideramos relevante comentar que a experiência pessoal do acadêmico como aluno de mobilidade estudantil no curso de Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Portugal; o fato de ter frequentado a disciplina de Pragmática; e, também, as curiosas situações de interação pelas quais passou naquele país foram fatores determinantes que motivaram a escolha de nosso problema de pesquisa e alimentaram nosso desejo de desenvolver uma análise pragmática a partir de dados reais de interações, ainda que breves, entre portugueses e brasileiros, nas quais parece haver relação entre o *mal-entendido* ocorrido e algum tipo de divergência na geração e/ou na interpretação de certas implicaturas conversacionais.

⁷ Esse termo é definido por Pinto (2012, p. 64), como “um momento no diálogo em que não há coincidência de interpretação entre participantes”. A autora afirma, ainda, que “muitos estudos têm procurado estabelecer padrões para a “resolução” desses chamados mal-entendidos [...]”. É o caso deste estudo que propomos.

⁸ Essa terminologia específica presente na literatura será revisada e detalhada a seguir, no tópico *Fundamentação Teórica*.

propriamente a partir da racionalidade humana e da cooperação que a geração de tais máximas é possibilitada (GRICE, 1975[1982]).

Assim sendo, justificamos nossa perspectiva de análise e a apresentação de nosso problema de pesquisa por meio das palavras de Dascal (1982), que nos lembra que

[...] os nossos meios de comunicação, por mais que possam **transmitir significado e promover compreensão**, também podem **ocultar o significado e impedir a compreensão**. Isso acontece porque jamais podemos ter certeza de que um sorriso indica satisfação, que um “sim” representa consentimento ou que uma afirmação revela a opinião daquele que a proferiu (DASCAL, 1982, p. 5, grifos nossos).

Portanto, consideramos que nosso recorte pelo olhar da pragmática objetiva justamente investigar por que (e se), nos dados que selecionamos, ocorre algum nível de *ocultação de significado*, ainda que não-intencional, e um consequente *impedimento* (ou, ao menos, dificuldade) de compreensão entre os interactantes.

2. Fundamentação teórica: o estado da arte da *Pragmática Conversacional*

Consideramos relevante, a partir da apresentação de nosso problema de pesquisa e do caminho que decidimos percorrer para chegar a nossos resultados, apontar alguns conceitos fundamentais que nos serviram de base para o presente estudo.

Primeiramente, destacamos alguns pontos sobre o princípio da cooperação (doravante PC) e das máximas conversacionais de Grice, para que possamos visualizar melhor como se geram as implicaturas⁹ e quais seriam as expectativas dos falantes brasileiros ao produzir os enunciados que analisamos. Passamos, então, a delinear esses termos griceanos.

Basicamente, segundo a discussão trazida por Grice (1975[1982]), consideramos, como regra geral, que nosso interlocutor busca compreender o que tentamos comunicar-lhe – ou seja, faz um esforço de cooperação –, visto que temos um acordo prévio e tácito sobre o ato de comunicar. Ou seja, somente o simples fato de nos engajarmos em determinado diálogo, por qualquer que seja seu objetivo (e por

⁹ Aqui, ressaltamos que optamos por não demarcar toda a conceituação de inferências, partindo primeiro do *acarretamento* e da *pressuposição* para, só então, delinear as *implicaturas*, visto que os dois primeiros conceitos têm base estritamente semântica, e, como se pode verificar, nosso foco neste trabalho é essencialmente de base pragmática; o que nos permite partir diretamente para as características deste último conceito.

mais circunstancial que seja), indica que estamos cumprindo o princípio da cooperação.

Assim, nossas interações são regidas pelo PC. Nas palavras de Grice, esse é um princípio geral que os participantes observam nas interações e que pode ser assim formulado: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1975[1982], p. 86).

A partir desse princípio é que concluímos que, de fato, grande parte de nossas interações cotidianas se estabelece dessa maneira. Entretanto, isso só ocorre se não houver nenhuma indicação em contrário. Então, é justamente essa inexistência de “indicação em contrário” que se relaciona com outro conceito griceano bastante importante para a nossa análise: o do respeito às *máximas conversacionais*. São suas eventuais *violações* que, em geral, geram as *implicaturas conversacionais*¹⁰, doravante *ICs*.

As *máximas conversacionais* (GRICE, 1975[1982], p. 86-88) são quatro:

- 1) Máxima da **quantidade**: que a contribuição do falante (F) seja tão informativa quanto o requerido (e não mais do que isso, uma vez que a super-informatividade pode gerar confusão);
- 2) Máxima da **qualidade**: que a contribuição de F seja verdadeira. Ou seja, F não dirá aquilo que acredita ser falso, tampouco aquilo de que não tem evidência suficiente;
- 3) Máxima da **relação** ou **relevância**¹¹: F será relevante para a situação comunicativa em curso;
- 4) Máxima do **modo** (diferentemente das outras máximas, está relacionada a *como* o enunciado é dito, e não ao *que* é dito, ou seja, seu conteúdo): F será claro – evitará, portanto, a obscuridade, as ambiguidades, a prolixidade. F será, também, breve e ordenado.

Segundo Grice, existem justificativas para supor que os falantes, em geral, procedem da forma descrita por esses princípios (que, na verdade, são mais

¹⁰ Grice subdivide as implicaturas em convencionais e conversacionais, que, por sua vez, são diferenciadas em generalizadas e particularizadas. Para o enfoque deste trabalho, não consideramos relevante apresentar tal distinção, e, por isso, optamos por utilizar, para definir o fenômeno em estudo, simplesmente a nomenclatura *implicaturas conversacionais*.

¹¹ Essa máxima é aprofundada posteriormente por outros autores, chegando, inclusive, a originar uma teoria específica (a *Teoria da Relevância*, de Sperber e Wilson).

descritivos da observação de uma realidade do que prescritivos, uma vez que são elaborados a partir da observação das interações sociais): primeiramente, o empirismo, visto que as pessoas habitualmente *se comportam* dessa maneira; e, em segundo lugar, o fato de que esses princípios são, para nós, *razoáveis* de serem acatados – tanto é assim que os acatamos cotidianamente, ainda que a quase totalidade dos falantes não tenha consciência explícita disso (GRICE, 1975, p. 89-90).

Para esclarecer cada uma das máximas, passamos a exemplificá-las a partir de algumas situações comunicativas em que cada uma parece, a princípio, ter sido violada.

A primeira máxima, a da **quantidade**, tem relação, como o nome sugere, com quanta informação o falante fornece a seu interlocutor. Imaginemos, então, o seguinte diálogo:

(1) A: *Você vai viajar amanhã para Porto Alegre?*

B: *O aeroporto está fechado por causa da greve.*

Nessa interação, verificamos que a resposta de B aparentemente não satisfaz a pergunta de A, pois esperava-se que B desse uma resposta simples, como “sim” ou “não”. Portanto, ao afirmar que há uma greve que ocasionou o fechamento do aeroporto, B aparentemente viola a máxima da quantidade, pois supostamente *não dá informação suficiente* (e, num certo sentido, também *dá mais informação do que a requerida* por A) que permita a A chegar à resposta que desejava. No entanto, fica claro, nesse contexto, que B opta por não responder de início à pergunta de A, passando diretamente a uma possível justificativa para o fato de que não irá viajar, diferentemente do que possivelmente havia planejado. Ou seja, B deixa uma *lacuna* em seu enunciado (i.e., tem a intenção de gerar uma *implicatura*) para que A infira que a resposta à sua pergunta é “não”.

A segunda máxima, a da **qualidade**, tem relação com produzir enunciados que sejam verdadeiros, ou, ao menos, enunciados que o falante considere dispor de evidência suficiente para afirmar. Observemos a seguinte interação:

(2) [Contexto: A e B dormem tranquilamente. São 4h da madrugada. Os vizinhos começam a ouvir música alta e a gritar, acordando A e B. A se dirige a B.]

A: *Você não imagina como eu gosto de ser acordado às 4h da manhã! Fico tão feliz com essa barulheira; ainda mais que amanhã acordo às 7h pra ir trabalhar...*

Nessa situação, não é preciso muito esforço para notar a ironia presente no enunciado de A. É óbvio, tanto para A quanto para B, nesse contexto, que as afirmações de A quebram a máxima da qualidade, já que A afirma algo falso. É o cálculo inferencial que B se vê impelido a fazer que permite que se comprove a ironia presente na fala de A.

Evidentemente, no caso específico da ironia (que é um fenômeno que merece um tratamento à parte, considerando-se sua complexidade), há outros fatores que contribuem com sua interpretação, como a entonação do falante, e, sobretudo – ao menos nesse caso –, o contexto e o conhecimento de mundo compartilhado (i.e., é de conhecimento geral que ninguém gosta de ser acordado de madrugada com barulhos de vizinhos). No entanto, é importante salientar que essas condições contextuais devem estar presentes para que B possa fazer o cálculo de que se trata de uma implicatura, sob o risco de interpretar a fala de A literalmente.

A terceira máxima, a da **relação**, estabelece que o falante contribui sempre de maneira pertinente ou relevante ao contexto de conversação em que se encontra. Consideremos o seguinte diálogo:

(3) *[Contexto: A e B conversam sobre a experiência de B em uma viagem para fazer trabalho voluntário na África. B parece bastante desapontado.]*

A: Como foi seu trabalho voluntário no Congo?

B: Que Deus os ajude...

Aqui, observamos que a resposta dada por B não corresponde, semanticamente, ao que se esperaria a partir da pergunta feita por A. Com isso, podemos inferir que, por alguma razão, B prefere ser indireto e, aparentemente, violar a máxima da relevância. No entanto, para o contexto mencionado, fica claro que a resposta de B indica que sua experiência foi negativa, e que não lhe restou alternativa racional, a não ser torcer para que “Deus os ajude”, provavelmente porque esgotou suas forças ao tentar atuar como voluntário e mudar de algum modo a realidade daquele povo. Assim, essa é uma interpretação que nos possibilita concluir que, na verdade, B feriu a máxima da relevância com o propósito claro de gerar uma *implicatura conversacional*.

Por fim, a quarta máxima, a do **modo**, afirma que o falante sempre busca ser claro, evitando a obscuridade e as ambiguidades; além de ser conciso e ordenado em seus enunciados. Consideremos o seguinte diálogo:

(4) [Contexto: A e B, pais de C (uma criança de 10 anos de idade), conversam sobre um tema delicado. C está presente no ambiente.]

A: E aí, amor, conseguiu resolver aquela situação?

B: Sim, “você sabe quem” me disse que “você sabe o quê” estará resolvido até amanhã, sem falta.

A: Ai, que notícia boa!

Como essa máxima tem algumas subdivisões, ela pode ser violada de diversas maneiras. Nesse exemplo, mesmo com o contexto, não conseguimos inferir de que assunto tratam A e B; mas, ainda assim, podemos comprovar que ambos estão violando a máxima do modo por não estarem sendo claros – mais do que isso, estão produzindo enunciados bastante obscuros e ambíguos. Muito provavelmente, isso se deve ao fato de que não desejam que a criança compreenda do que estão falando, visto que é um tema delicado.

Parece-nos pertinente relacionar tais considerações ao processo que Grice define como a maneira pela qual os interlocutores calculam as ICs a partir do contexto conversacional em que estão:

Um padrão geral para a dedução de uma implicatura conversacional pode ser formulado assim: ‘Ele disse que *p*; **não há nenhuma razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou pelo menos o Princípio de Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que ele pense que *q***; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que *q* é necessária; ele não deu qualquer passo para impedir que eu pensasse que *q*; **ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense que *q***; logo, **ele implicou que *q***’ (GRICE, 1975[1982], p. 93, grifos nossos).

Esse processo, como vimos, nem sempre se dá dessa maneira, como é esperado pelo interlocutor – e é justamente disso que decorrem os *mal-entendidos*. Todavia, é justamente a existência dessa *calculabilidade* que caracteriza as ICs; senão não seria possível a formulação de um princípio como esse.

A partir dos exemplos mencionados e da discussão proposta, consideramos pertinente destacar, ainda, que é exatamente esta a característica que consideramos fundamental em nosso estudo: a existência de situações que, supostamente e à primeira vista, não estariam de acordo com as máximas; ou seja, situações em que os falantes negam por alguma razão o desejo de cooperar; ou abandonam determinada(s) máxima(s) – ou seja, violam certas máximas (motivados, por exemplo, por um choque entre máximas – em que, para se cumprir uma, é necessário violar outra, como quando não temos informação suficiente sobre determinado fato e, por

isso, damos menor quantidade de informação do que a solicitada por nosso interlocutor). É neste último caso, definido por Grice como *exploitation* (i.e., *utilização/exploração* da máxima), que se geram as *implicaturas conversacionais*.

As ICs estão, segundo Grice (1975[1982], p. 86), “essencialmente conectadas com certos traços gerais do discurso”. Tais traços são justamente as máximas conversacionais mencionadas.

A violação dessas máximas, definida por Grice como a causadora desse tipo de fenômeno (as ICs), é possível justamente porque todos os falantes sabem que interagimos mediados por um PC; e porque sabemos que as máximas existem e são assim. É por isso que conseguimos, com certa facilidade, alternar entre “respeitar” todas essas máximas quando queremos ser mais literais, ou não temos a necessidade de implicar nada para nosso interlocutor; e violar alguma(s) dela(s) (ou *utilizá-las*, conforme define Grice) quando queremos gerar implicaturas por alguma razão.

Esse último movimento só é possível porque contamos com a capacidade de nosso interlocutor de perceber que violamos alguma máxima que não se esperaria que violássemos – ou seja, se o fizemos, nosso interlocutor (espera-se) buscará atribuir algum sentido a essa violação. Essa atribuição de sentido (chamada de *cálculo inferencial*), evidentemente, terá sempre relação com o contexto em que a interação está inserida.

Podemos exemplificar esse tipo de ocorrência facilmente, recorrendo a frases que nos soam bastante familiares, como:

(5) *Estou morrendo de sono.*

Esse enunciado viola a máxima da **qualidade**, uma vez que, ao proferi-lo, o falante enuncia algo que considera ser falso, e, além disso, algo de que não pode apresentar evidência. No entanto, não é difícil perceber que, quando profere isso, o falante tem a intenção de implicar algo (i.e., de gerar uma IC). A *inferência* – ou seja, o processo que o interlocutor precisa fazer para compreender o que queremos dizer ao enunciar algo como (5) –, em geral, é feita rapidamente, e este consegue concluir que esperamos algum tipo de reação, como que ele se solidarize com nossa situação; que afirme algo semelhante para concordar que estão em uma situação entediante; que nos ofereça um local para dormir; ou seja o que for que pareça apropriado ao contexto da situação comunicativa em causa. Assim, facilmente verificamos que há diversos conteúdos extralinguísticos que são (ou pretendem ser) veiculados pelos falantes quando estes tencionam gerar implicaturas – ainda que inconscientemente.

A partir dessas considerações, notamos que a geração de *ICs* é bastante cotidiana e que pode funcionar como amplificadora da eficiência das trocas comunicativas, seja porque desejamos minimizar nossos riscos enquanto interactantes; porque não podemos dizer algo explicitamente; porque precisamos que nossa real intenção “fique no ar”; enfim, por qualquer razão que pareça pertinente a determinada interação.

Segue um outro exemplo que pode nos ajudar a compreender melhor o conceito de *IC*:

(6) [Contexto: Uma mãe (A), que está em frente ao fogão, dirige-se a seu filho, que se aproxima dela correndo e de maneira descuidada.]

A – Cuidado! Estou segurando a chaleira!

A princípio, poderíamos pensar que o enunciado proferido por essa mãe não faz o menor sentido, visto que ela apenas constata algo que pode ser facilmente verificável no mundo (o fato de estar segurando uma chaleira). Ou seja, supostamente essa falante estaria violando a máxima da *relevância*, já que a informação por ela proferida não parece ter nenhuma pertinência para a situação. No entanto, assim como em (1), é bastante simples perceber que o que ocorre é exatamente o contrário (e é papel do filho – seu interlocutor – decodificar essa aparente violação de máxima executada por sua mãe): ela profere esse enunciado com a intenção de alertá-lo sobre o fato de que ela está com algo *quente* nas mãos e que, caso ele continue agindo da mesma maneira, poderá se queimar. Enfim, fica evidente a *relevância* do enunciado proferido pela mãe – contudo, essa relevância é derivada apenas a partir da *implicatura* gerada, e não a partir do conteúdo literal do enunciado.

Ainda sobre o fenômeno da geração das *ICs*, vale ressaltar que ele nem sempre é tão exato e estável como parece ser com o exemplo em (1). Embora, em geral o ouvinte calcule a implicatura esperada (já que, segundo Grice (1975[1982]), as *ICs* são calculáveis); nem sempre isso ocorre, porque, também segundo o autor, elas são canceláveis (ou seja, pode-se sempre recorrer a uma reformulação do enunciado para desfazer a implicatura inicialmente calculada pelo interlocutor), além de serem não-convencionais – o que as confere justamente a característica de serem conversacionais –, ou seja, o que o falante *quer dizer* não tem relação com os elementos estritamente linguísticos da frase, mas com o contexto da enunciação (GRICE, 1975[1982]).

É justamente essa característica de uma certa variabilidade, indeterminação ou inexatidão na geração das *ICs* que buscamos abordar com a análise dos dados que selecionamos neste trabalho. Os *mal-entendidos* que ocorrem (ou parecem ocorrer) nos diálogos de nosso *corpus* aparentam estar relacionados exatamente a esse fato.

Sobre essa associação entre o que o falante deseja implicar e o papel do interlocutor de inferir tal implicatura, observemos as palavras de Dascal (2005):

O interlocutor que se encontra diante de uma possível implicatura pode ser comparado com um jogador em um jogo todo especial. Sua meta é descobrir a implicatura, se é que há alguma – e isto também ele tem que descobrir. Pois bem, uma implicatura é uma *hipótese* sobre as intenções do locutor que *explica* (ou elimina) a aparente irrelevância de sua enunciação, mostrando como a enunciação é de fato relevante. A tarefa do interlocutor é, portanto, semelhante à do cientista que busca uma teoria capaz de explicar certos dados, respeitando certas suposições teóricas amplas (comparáveis aos princípios R [da relevância] e CP [princípio da cooperação]) (DASCAL, 2005, p.124).

É muito relevante o que nos aponta Dascal nessa citação, pois o autor aborda justamente a questão de que o interlocutor é quem tem a “missão” de decodificar a implicatura que o falante buscou gerar. Ou seja, ele é quem deve eliminar a suposta irrelevância inicial da enunciação que ouviu para que ela passe a estar adequada (i.e., a ser *relevante*) àquele contexto conversacional.

Ainda sobre o processo do *cálculo inferencial* e da geração das *ICs*, vale destacar que

[...] as **inferências** surgem para preservar a **suposição de cooperação**; é apenas ao fazer a **suposição contrária às indicações superficiais** que as inferências surgem, em primeiro lugar. **É este tipo de inferência que Grice chama [...] implicatura conversacional.** Portanto, a ideia de Grice não é que nunca nos afastamos dessas máximas num nível superficial, mas sim que, **sempre que possível, as pessoas interpretarão o que dizemos como estando em conformidade com as máximas em, pelo menos, algum nível** (LEVINSON, 2007, p. 128, grifos nossos).

Com essa afirmação, Levinson resume de modo bastante preciso o motivo pelo qual as inferências existem, e também por que podemos considerar tal conceito essencial para compreendermos por que interações conversacionais que aparentemente não seguem o PC podem ocorrer; e, mais do que isso, ocorrem com elevada frequência em nosso cotidiano. Essas são aquelas interações em que comunicamos mais do que dizemos, e, muitas vezes, algo diferente (às vezes até diametralmente oposto) daquilo que dizemos. É nessas situações em que não nos

basta a *explicatura* do dito, ou seja, o seu conteúdo de base (literal, semântico); precisamos, então, considerar esse significado adicional e necessário a determinado contexto, que é uma *implicatura* do dito (GRICE, 1975[1982]).

Com base nesses pressupostos teóricos que buscamos apresentar e relacionar aos contornos deste trabalho, podemos perceber que nossa análise de dados deve partir do aspecto conversacional da geração das ICs, objetivando compreender qual é a implicatura pretendida a partir de cada enunciado produzido pelos brasileiros nas interações. Para tanto, os conceitos teóricos já explicitados, como o processo de geração de ICs; o PC; as máximas conversacionais; e suas eventuais violações são recursos indispensáveis.

3. Metodologia: transformando histórias engraçadas em dados pertinentes a uma investigação pragmática

Neste trabalho, empregamos a metodologia teórica e qualitativa, consistindo basicamente na revisão da literatura e leitura de bibliografia pertinente (pesquisa bibliográfica). Além disso, buscamos associar a fundamentação teórica à discussão de alguns dados linguísticos, como já mencionado, notadamente consistentes em interações linguísticas entre portugueses e brasileiros, para que pudéssemos chegar à análise dos aspectos pragmáticos – especialmente de violações de máximas e de geração de implicaturas conversacionais distintas – que permeiam tais interações.

Assim, buscando analisar a existência de diferenças pragmáticas no uso da língua entre falantes do português brasileiro e do europeu, a metodologia do presente trabalho consistiu na análise de algumas interações significativas para tal recorte.

Nosso referencial teórico, conforme apresentado anteriormente, foi essencialmente composto por Grice (1975[1982]); Stalnaker (1982); Levinson (2007); e Dascal (1982; 2005). Nosso dispositivo analítico (os relatos das interações mencionadas) foi obtido a partir de uma publicação do site *BuzzFeed*, referenciada previamente, e intitulada *16 histórias de Portugal que parecem piada, mas são reais*.

4. O fenômeno linguístico em análise: o ponto de partida para a seleção dos (divertidos) dados

Como já antecipado em outras seções, o fenômeno linguístico que buscamos analisar, por meio da seleção dos dados apresentados, que representam breves

interações entre brasileiros e portugueses, é o da geração de implicaturas conversacionais *no português brasileiro*.

Assim, o recorte pragmático que optamos por fazer, especialmente detido nas definições griceanas, evidencia nosso objetivo de observar a *intenção* dos falantes e de tentar explicar o porquê da relevância desses *aspectos extralinguísticos*, sendo, portanto essencial para que façamos uma análise coerente, pois, segundo Dascal (1982),

[...] o melhor meio de mostrar a necessidade da inclusão de um **componente pragmático** na teoria da linguagem é mostrar os tipos de fenômenos linguísticos que **ficariam excluídos** de uma teoria da linguagem que teimasse em não conter um componente pragmático (DASCAL, 1982, p. 7, grifos nossos).

Ou seja, o fato de termos escolhido esses dados está relacionado justamente ao fato de que representam fenômenos linguísticos cujo tratamento mais coerente é o da pragmática.

Vale, então, ressaltar, que é devido a esse fator, principalmente, que nosso trabalho se filia à área da pragmática, diferentemente de uma análise semântica, que buscaria “[abstrair] o usuário da linguagem e [analisar] apenas as expressões e seus *designata* [ou seja, seus referentes no mundo]”. Em nossa investigação, o que buscamos é fazer “referência explícita ao falante, ou, para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem” (CARNAP, 1938, p. 2 *apud* LEVINSON, 2007, p. 3).

Outro ponto que justifica categoricamente nossa análise, neste caso especificamente sob a perspectiva griceana, é o fato de que Grice representa uma base sólida para a análise de fenômenos tipicamente pragmáticos, visto que o autor discorre, em um de seus principais trabalhos (*Lógica e Conversação*, 1975), usado por nós como base teórica neste trabalho, sobre alguns “princípios tácitos que regem a conversação comum, dotando-a de uma certa ‘lógica’ especial [...]” (DASCAL, 1982, p. 19). São justamente esses princípios já apresentados, notadamente representados pelas máximas conversacionais, que serviram de base para nossa análise.

Sobre esse embasamento, consideramos fundamental ressaltar as palavras de Dascal (1982), em que o autor resume alguns pontos fundamentais da teoria griceana:

Supondo-se que, normalmente, os indivíduos envolvidos em uma conversação respeitem tal máxima [a de ser relevante para a conversação em curso], quando um locutor aparentemente a **viola**, e quando não há qualquer indicação clara de que o locutor resolveu mesmo violá-la, **seu interlocutor está autorizado a interpretar tal violação como meramente**

aparente e a buscar uma interpretação ‘não literal’ do que foi dito, que compatibilize o ato linguístico do locutor com a suposição de que está respeitando a máxima. Esta outra interpretação pode ser deliberadamente veiculada dessa forma pelo locutor. Grice a chama de **‘implicatura’**, para distingui-la de uma ‘implicação’: enquanto esta última segue-se necessariamente, por força da lógica, de uma proposição determinada, **a primeira ‘segue-se’ apenas graças à intervenção de um princípio não lógico, a saber, uma máxima conversacional. [...] O estudo dos mecanismos envolvidos em fenômenos desse tipo [interações em que há a veiculação de implicaturas] pertence, sem dúvida à pragmática** (DASCAL, 1982, p. 19-20, grifos nossos).

É, portanto, a partir dessa pertinente apresentação que Dascal faz da teoria de Grice que delineamos o escopo deste trabalho: a partir da suposição de que falante e ouvinte constroem uma interação respeitando, sobretudo, o princípio cooperativo, buscamos encontrar hipóteses que possam explicar o motivo de ocorrerem os *mal-entendidos* representados pelos dados aqui analisados.

Temos, então, como ponto de partida (a partir de uma delimitação do campo da pragmática como uma perspectiva que considera, em sua análise, além dos elementos linguísticos, os elementos extralinguísticos que têm influência na língua em uso), a análise de dados representativos de interações entre portugueses e brasileiros em que, para um olhar leigo, teria havido a conhecida *falha de comunicação*, ou, em termos linguísticos, um *mal-entendido* (PINTO, 2012).

É justamente esse *mal-entendido* – que definimos, a partir de uma perspectiva pragmática griceana de intenções comunicativas, como distinções na geração e na interpretação de algumas implicaturas conversacionais entre falantes do português brasileiro (PB) e falantes do português europeu (PE) – que buscamos investigar, analisar e explicar, dentro do recorte possibilitado por este trabalho.

Consideramos bastante pertinentes, ainda como justificativa para a seleção que optamos por fazer a fim de realizar a análise desse fenômeno linguístico dentro do campo da pragmática, as palavras de Verschueren e Bertuccelli-Papi (1987):

[Entre os temas escolhidos para análise dentro da área da Pragmática] também encontramos **levantamento de aspectos de diálogos entre falantes de uma mesma comunidade ou comunidades diferentes** (VERSCHUEREN; BERTUCCELLI-PAPI, 1987 *apud* PINTO, 2012, p. 58, grifos nossos).

Ou seja, é justamente por consistirem em diálogos entre falantes de comunidades diferentes (PB e PE) que buscamos utilizar tais interações como pano de fundo para a discussão que nos propusemos a fazer.

É, também, a partir da consideração de Stalnaker (1982, p. 72), de que “as pressuposições compartilhadas pelos participantes numa situação linguística são talvez o constituinte mais importante de um contexto”, que buscamos pensar nos diálogos selecionados; uma vez que, se consideramos que as pressuposições, como termo técnico essencialmente *semântico*, têm que ser, portanto, *compartilhadas*, o que parece gerar os *mal-entendidos* na maior parte das interações aqui apresentadas é o fato de que o cálculo das implicaturas não é feito com base nos mesmos fatores pelos brasileiros e portugueses que participam das interações (i.e., uma questão essencialmente pragmática), e não a falta de *pressuposições compartilhadas*.

Além disso, consideramos fundamental explicitar, neste ponto, que nosso foco com a seleção desses dados como representativos do fenômeno linguístico em análise foi essencialmente o de utilizá-los como pano de fundo para chegarmos a conclusões sobre a intenção do *falante* (em nosso *corpus*, representado pelos brasileiros) ao proferir os enunciados que profere. Ou seja, objetivamos concluir fatos sobre a nossa leitura enquanto falantes de PB, considerando que temos condições de fazê-lo enquanto pertencentes a essa comunidade de fala. É nosso foco, portanto, aquilo que o falante brasileiro parece querer dizer nas interações a partir da implicatura que conseguimos (facilmente, ao menos nos casos apresentados) extrair de cada sentença.

Afinal, fica claro que nesses diálogos o *mal-entendido* consiste propriamente em uma diferença entre a *interpretação pretendida* pelo falante brasileiro e a *interpretação derivada* pelo interlocutor português. Contudo, ratificando nosso propósito, sublinhamos que não temos como objetivo fazer conjecturas ou afirmações sobre a interpretação feita pelo falante de PE, até porque, como não pertencentes a essa comunidade, nossas intuições não seriam suficientes para fazê-las.

Assim, reafirmamos que não estamos assumindo a perspectiva do interlocutor/ouvinte, mas a do falante, isto é, estamos olhando para o processo realizado pelo PB, e, por conseguinte, fazendo uma generalização sobre esta variedade de português; não pelo PE (o que provavelmente caracterizaria o estudo como excessivamente hipotético e, talvez, até presunçoso). Logo, o diálogo é usado apenas como ponto de partida para a análise da evidente discrepância na interpretação feita pelos interactantes e, portanto, para a descrição de como parecem se dar determinadas implicaturas conversacionais no PB. A comparação entre a *interpretação pretendida* e a *derivada*, como mencionado, é um artifício para que

possamos notar a emergência de diferenças relacionadas, segundo nossa hipótese, a aspectos extralinguísticos, notadamente culturais¹² – já que se as diferenças entre as duas variedades fossem estritamente linguísticas, não ocorreriam esses *problemas de comunicação*.

É precisamente devido a existência de tais diferenças que os dados que serão apresentados têm “graça”. Consideramos que os *mal-entendidos* aqui expressos aproximam-se muito de situações anedóticas ou, até, de piadas. Isso ocorre, provavelmente, porque a implicatura pretendida é sempre gerada mentalmente pelo falante do PB (fato que podemos confirmar ao ler os relatos das interações, já que somos pertencentes à mesma comunidade dos falantes brasileiros empenhados nas trocas conversacionais aqui explicitadas), mas parece não ser gerada pelo falante do PE. Assim, consideramos haver uma grande evidência de que é a *cultura* (em sentido amplo) que opera nessas distinções, causando esses *mal-entendidos*, visto que se tratam de povos e contextos linguísticos diferentes, o que possibilita que, do mesmo dado linguístico, projetem-se implicaturas diferentes.

Na realidade, temos duas hipóteses¹³ para a interpretação das respostas dos interlocutores. São elas: ou os falantes de PE derivam uma *implicatura ótima* (isto é, considerada mais adequada para aquele contexto) diferente daquela derivada pelos brasileiros (talvez até gerem, em alguma das hipóteses, a mesma implicatura que nós, como falantes do PB, geramos, mas acabam por cancelá-la por alguma razão), o que os leva a fazer *inferências* distintas daquelas que esperaríamos; ou, ao contrário, não derivam nenhuma implicatura (não dão o passo *pragmático*, portanto, poderiam ser considerados mais *literais* do que os brasileiros, uma vez que leriam a informação trocada como possuindo um nível apenas *semântico*).

¹² Sobre esse termo, consideramos importante ressaltar que, apesar de seu uso poder levar o leitor a pensar numa possível problematização do princípio da *universalidade da pragmática*, visto que ela seria, então, sensível a aspectos culturais, não estamos considerando essa possibilidade devido ao fato de que concebemos que as várias interpretações estão **sempre disponíveis** para o falante e para o interlocutor – isto é, continua valendo a *universalidade*; o que parece ser afetado pelos aspectos *culturais* é apenas a seleção de uma ou outra interpretação, não havendo influência, portanto no princípio mencionado.

¹³ Consideramos, também, relevante a hipótese apresentada por Fujihara (2016), intitulada *não-cooperação*; isto é, talvez pudéssemos interpretar tais reações como uma recusa (eventualmente não-intencional, diferente da intencional, abordada pelo autor) em participar do *jogo cooperativo*. No entanto, como nem o foco deste trabalho é a análise das respostas dos falantes do PE; nem uma abordagem distinta da que vimos apresentando ao longo do trabalho seria interessante que se misturasse, nesse ponto, ao nosso recorte; destacamos apenas essa observação de que, possivelmente, essa seria outra possibilidade de análise frutífera, assim como se usássemos a já mencionada Teoria da Relevância, por exemplo.

Embora tais hipóteses sejam apenas uma discussão extra (visto que nosso principal foco não é a análise das respostas dos interlocutores portugueses, mas das falas dos brasileiros), consideramos importante pontuar que, nos atemos, na maior parte das análises, à segunda, por julgarmos ser uma análise mais pertinente a partir dos dados específicos de que dispomos nesta análise, como se pode comprovar a partir das explicações que fazemos sobre cada interação, a seguir.

Essa segunda hipótese, de os falantes de PE serem *mais literais*, acreditamos, está bastante relacionada ao que defende Dascal (2005, p. 34), ao afirmar que

se o ouvinte para de buscar o significado do falante, **contentando-se com o significado da sentença ou da elocução**, é possível que ele **não consiga captar a intenção comunicativa do falante**. Para conseguir captá-la, ele precisa ir além da semântica e procurar a interpretação *pragmática* do que foi dito pelo falante (DASCAL, 2005, p. 34, grifos nossos).

Isto é, o ouvinte (falante do PE, em nossas análises) seria impedido de compreender a intenção comunicativa do falante de PB (a implicatura que este buscou gerar) por ter-se contentado com o significado literal/semântico da elocução. Ressaltamos, no entanto, que essa é apenas uma hipótese que não consideramos (e nem ambicionamos) ter condições de comprovar neste momento. É por esse motivo que, em algumas das análises, até tecemos alguns comentários sobre a interpretação do interlocutor (quando consideramos relevante fazê-lo, de maneira bastante hipotética e circunstancial), mas não são análises definitivas, muito menos o principal ponto de nosso estudo.

Embora tenhamos mencionado anteriormente, também, que, neste estudo, não consideramos relevante definir a implicatura conversacional em generalizada ou particularizada, como faz Grice, aqui, julgamos importante pôr a hipótese de que há, a partir dos dados que apresentaremos, alguma perspectiva de que tais implicaturas sejam conversacionais *generalizadas*, uma vez que as estruturas linguísticas em questão, no PB, sempre geram determinadas interpretações – e isso parece não funcionar para os falantes do PE. Contudo, essa hipótese fica apenas como uma proposta adicional, visto que não tivemos como propósito definir se tais ICs são, de fato, *generalizadas* ou *particularizadas*.

Com essas breves considerações, acreditamos ter delimitado bem o fenômeno linguístico que pretendemos analisar, além de justificar por que selecionamos os dados que apresentamos.

5. Análise das interações selecionadas: *(existe) quem ganha e quem perde no jogo pragmático?*

*Minha tia [brasileira] estava com uma amiga no restaurante [em Portugal].
O garçom criou coragem e indagou:
— Que língua estás a falar que estou a entender tudo?
(Marion Coting Braga)*

Como já mencionamos no tópico anterior, ao selecionar os dados que seguem, buscamos apresentar, como resultado de toda a discussão feita ao longo deste trabalho, uma análise de dados reais de interações entre falantes de PB e falantes de PE.

Nossa análise (baseada em hipóteses) se dá analogamente a uma “explicação de piada”, ou seja, buscamos deslindar os pormenores de cada interação, partindo essencialmente da implicatura que o falante de PB parecia pretender gerar¹⁴. Como já mencionamos, muitas hipóteses são possíveis a partir dos dados que selecionamos; logo, damos prioridade àquelas que consideramos mais pertinentes a cada caso.

Assim, temos como pressuposto a ideia de que buscamos estabelecer algumas generalizações linguísticas, uma vez que as ocorrências dos *mal-entendidos* aqui representados não são linguísticas no sentido estrito (já que estamos observando também os aspectos extralinguísticos), mas tampouco são tão específicas a ponto de dizermos que cada caso tem alguma característica única e exclusiva. Estamos, portanto, tratando de aspectos que são, num certo sentido, generalizáveis para a língua.

Passamos, então, finalmente, à análise dos (divertidos) dados. Primeiramente, apresentamos os dez diálogos da maneira como foram extraídos do *site* já mencionado (com alguns destaques aos termos que são relevantes para nossa análise). Em seguida, fazemos as considerações pertinentes a cada uma das interações.

¹⁴ Consideramos importante apontar, também, que consideramos a possibilidade de que essas situações possam estar relacionadas ao humor português irônico e sutil, que não é facilmente reconhecível se não se está familiarizado com a cultura daquele povo (de acordo com comentário disponível em <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>). No entanto, reforçamos que, ainda que façamos uma análise nessa direção, as interações a seguir reproduzidas continuam indicando distinções pragmáticas entre o PB e o PE; senão, não seria sequer possível derivar sentidos como o de humor, de ironia etc.

(7) Café?, por Nina Paduani

Meus pais e meus tios estão em Lisboa. Vão ao restaurante almoçar. No final, o garçom pergunta:

—Café?

Meu pai:

*— **Um**, por favor.*

Meu tio:

*— **Dois!***

Minha tia:

*— **Três!***

Passam alguns minutos e lá vem o garçom.

*Com **seis** cafés.*

Sobre esse exemplo, o mais relevante a ser comentado é que, muito possivelmente, ele se relaciona a uma distinção na *interpretação do princípio da cooperação*. Enquanto para os falantes brasileiros (no caso, os pais e os tios da narradora) é natural que se implique, com a relação entre os enunciados “um”, “dois” e “três”, que o que ocorre é apenas uma enumeração/contagem do número de cafés solicitados, para o garçom português a implicatura gerada é a de soma ($1+2+3=6$), e é por isso que ele acaba por trazer seis cafés.

No *site* de onde extraímos esse exemplo há um comentário de uma internauta que afirma ser portuguesa e considera a história “perfeitamente possível e compreensível”. Ela justifica isso afirmando que a forma de fazer os pedidos em Portugal não se dá dessa maneira. Normalmente é o garçom quem faz a soma. Além disso, um aspecto interessante mencionado pela autora do comentário e que se relaciona às questões culturais que mencionamos previamente é o fato de que não é papel do garçom julgar se determinada pessoa quer beber duas, ou até três, xícaras de café. Mesmo que considere o pedido estranho, ele vai cumpri-lo à risca.¹⁵

A partir dessas interessantes considerações, podemos facilmente (e com a corroboração de uma suposta portuguesa) associar essa hipótese a uma das que levantamos anteriormente: o fato de que os falantes de PE seriam mais literais do que os falantes do PB; uma vez que a interpretação literal desses enunciados, de fato, chega ao resultado de que os clientes desejariam, no total, seis cafés (e não três, como seria a interpretação mais natural – e talvez a única – disponível aos falantes do PB).

¹⁵ Informações extraídas de comentário em <https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>.

(8) Como vem o bife?, por Giuliana Miranda Santos

Querendo me informar mais sobre os acompanhamentos de um dos pratos de um restaurante em Alfama, perguntei ao garçom:

— Mas como vem esse bife aqui?

Ele prontamente me respondeu:

— Alguém o traz da cozinha!

Nessa interação, a partir da observação da autora (falante de PB) sobre o contexto, ao afirmar que gostaria de informações sobre os acompanhamentos dos pratos, concluímos que ela desejou implicar, ao perguntar “como vinha” o bife, o que viria junto com ele no prato.

Entretanto, é precisamente a expressão “como vem” que parece gerar o *mal-entendido* nesse caso, uma vez que ela pode ser interpretada de várias maneiras. Nesse caso, mesmo para um brasileiro, talvez não ficasse claro se a falante deseja saber, por exemplo, sobre o ponto da carne, sobre o tipo de cocção, sobre a maneira como ele é levado até a mesa, ou, efetivamente sobre os acompanhamentos.

Nossa hipótese, aqui, é a de que o garçom restringiu sua interpretação a uma das leituras semânticas (i.e., literais) da expressão em foco “como vem”, que seria exatamente o da maneira como o bife é “transportado” até a mesa (ou seja, o garçom se atém a explicar “como o bife vem da cozinha”, não focando a resposta apenas no “como”). Talvez a pergunta tivesse de ser feita de outra maneira em PE para que o garçom inferisse alguma das outras possibilidades mencionadas.

(9) Pasteizinhos de Belém, por Raphael Delorme Magalhães

Meu padraço estava em um ônibus em Portugal com a família e viram em um outdoor escrito algo como “Pasteizinhos de Belém, desde 1920” e uma foto dos pasteizinhos.

Ele comentou com a família, brincando:

— Olha, gente! Desde 1920!

No que uma senhora portuguesa interrompeu:

— Me perdoem, mas aqueles já foram comidos, chegando lá vão encontrar outros fresquinhos.

Nesse caso, o falante brasileiro, ao comentar (em tom de brincadeira) com a família que os pasteizinhos de Belém ilustrados pela foto no outdoor estariam lá desde 1920, claramente viola a máxima da *qualidade* de Grice, uma vez que afirma algo que sabe não ser verdadeiro, pois é evidente que não haveria, no mundo real, a possibilidade de o doce estar “pronto para ser comido” desde 1920. Com essa violação, o falante de PB possivelmente objetiva gerar a implicatura de que é a fábrica que existe desde 1920, e não aqueles mesmos pasteizinhos da foto. Além disso, o

fato de o autor especificar que o falante faz seu comentário “brincando” já é um indicativo de que este tem plena consciência de estar violando uma máxima conversacional (ainda que, evidentemente, não o saiba nesses termos linguísticos). O que a falante portuguesa faz, provavelmente, é basicamente interpretar o sentido literal da fala do brasileiro (interpretação marcada, inclusive, pela oposição entre os termos “aqueles” e “outros”).

(10) Me traz aquele, por Nelio Costa

Um cliente estava indeciso sobre o que pedir. Viu um garçom passando com um prato que o agradou e falou para o que o atendia:

— Pode me trazer aquele.

A resposta do garçom:

— Não será possível porque aquele já é do senhor da mesa ao lado.

(11) O prato de Fernando Pessoa, por Oniodi Gregolin

Minha amiga estava almoçando no mesmo restaurante que Fernando Pessoa frequentava assiduamente. Como ela é formada em letras, com mestrado em literatura, estava mais interessada nas histórias do lugar do que na culinária.

No momento de escolher, chama o garçom e pergunta qual era o prato preferido de Fernando Pessoa. Sem pestanejar, ele responde:

— Já quebrou-se há muito tempo!

Nesses dois exemplos, o que parece haver é um *mal-entendido* no aspecto referencial. Em (10), ao informar ao garçom que desejava *aquele* prato (o do senhor da mesa ao lado), o falante brasileiro viola a máxima da *qualidade*, uma vez que afirma algo que sabe que não pode ser verdadeiro, pois no mundo real, não faz sentido que o garçom retire um prato já pronto e entregue para outro cliente para dar a outro cliente simplesmente porque ele assim o quer. O falante de PB deseja, nesse contexto, implicar que ele pretende pedir um prato *igual* ao do cliente “vizinho”, e não efetivamente *o mesmo*.

Já em (11), o que ocorre é que a falante de PB utiliza uma expressão polissêmica (com múltiplos sentidos¹⁶), que pode indicar, basicamente, a peça de louça; ou, por derivação, o conteúdo de um prato, a “iguaria”¹⁷. A falante gera a IC de que quer saber sobre a comida que Pessoa gostava de comer. O garçom, por outro lado, infere que ela está falando sobre a peça de louça. É daí que deriva o *mal-entendido*, nesse caso.

¹⁶ Cf. HOUAISS, 2009.

¹⁷ Idem.

(12) Um táxi, por Marcelo Negromonte

Estávamos num hotel em Lisboa e descemos pra fumar. Decidi ir até a recepção pra pedir um táxi. Perguntei à funcionária:

— Por favor, você poderia chamar um táxi pra mim?

A funcionária disse que sim, continuou a fazer o que estava fazendo e não chamou o táxi. Daí eu percebi que estava dentro da piada.

Voltei pra fora pra rir um pouco com minha amiga e voltei novamente pra recepção, como se nada tivesse acontecido.

Claro que ela poderia chamar um táxi, não havia nada que a impedisse de fazê-lo.

Daí eu falei:

— Eu preciso de um táxi agora.

E ela:

— Pois não, senhoire [sic].

E ligou pro táxi. Fim.

(13) Você sabe?, por Ney Hayashi da Cruz

Um dia em Lisboa eu parei um sujeito na rua e perguntei: "O senhor sabe como chegar no castelo de São Jorge?" Ele respondeu "sei!" e continuou andando.

Optamos por agrupar esses dois exemplos porque eles têm uma característica bastante marcante em comum. Ambos utilizam a indiretividade (a atenuação) do pedido (no caso de (12)) ou da solicitação de informação (no caso de (13)) como estratégia de polidez. Curiosamente, é exatamente isso que gera os dois *mal-entendidos*.

É uma questão cultural que reconhecemos como própria da cultura brasileira recorrer à *indiretividade linguística* para gerar efeitos de polidez¹⁸ no âmbito social, especialmente em interações com estranhos. Tal indiretividade pode ser interpretada por algumas culturas como “ser simpático demais”, por exemplo, visto que a manifestação de polidez não parece se dar por meio desse recurso em todas as línguas. No entanto, o que vale mencionar é que a indiretividade é, sem dúvida, um artifício próprio dos brasileiros para manifestar a *polidez* (que é característica de todas as línguas segundo a já mencionada teoria [da polidez]).

Ou seja, a maneira como nós, brasileiros, fazemos o pedido é justamente para gerar determinada implicatura – que, para os falantes de PB é, em geral, tácita,

¹⁸ De acordo com Grice (1975[1982], p. 88), o “ser polido” pode constituir também, um tipo de máxima “de caráter estético, social ou moral”, que é “normalmente observada pelos participantes de uma conversação”, podendo, também, gerar as “implicaturas não-convencionais”; ou seja, as conversacionais. Essa observação é uma clara evidência de que, ao optarem pela indiretividade, nesses exemplos, os falantes buscaram gerar as ICs.

facilmente reconhecível e não gera problemas de comunicação. No entanto, a partir dos dois exemplos, não parece ser o caso para os falantes do PE.

Assim, o que ocorre em (12), especificamente, é que o falante opta, primeiramente, pela indiretividade: no lugar de dizer diretamente à recepcionista que desejava um táxi naquele momento, ele opta por violar a máxima da *qualidade* (e, possivelmente, a da *relação*, visto que a pergunta que faz não parece ser pertinente a uma interação com uma desconhecida) e faz uma pergunta óbvia, que a princípio parece ser sobre a *capacidade* da funcionária de chamar um táxi. No entanto, no PB, fica evidente que o falante objetiva gerar a *IC* de que ele precisa de um táxi naquele momento, e está solicitando ao interlocutor que o chame. Novamente, a falante de PE parece interpretar apenas a camada literal do enunciado, descartando a possibilidade de que isso fosse um pedido “mascarado” por uma pergunta.

Já em (13), o que ocorre é basicamente o mesmo. Em vez de se dirigir de um modo mais direto ao seu interlocutor solicitando que lhe informasse o caminho para o castelo (provavelmente por ser um desconhecido, visando a demonstrar respeito), o falante opta por perguntar se ele “sabe”, ou seja, se conhece o caminho. Outra vez, o falante parece optar pela interpretação literal, não gerando a implicatura e limitando-se a responder à interação no nível linguístico, inclusive fisicamente indicando que estava se retirando daquela troca cooperativa.

(14) Me vê dois, por Sofia

Uma vez eu pedi no balcão de uma confeitaria:

— O senhor me vê dois pastéis de Belém?

O cara foi, olhou e não pegou nada.

Eu perguntei:

— Os meus pastéis de Belém?

E ele:

— Ah, a senhora quer que eu lhe dê dois pastéis? Porque só me pediu que visse.

Em (14), a falante de PB utiliza uma conhecida expressão idiomática¹⁹ brasileira, que opta pela construção “me vê” no lugar de “gostaria de”, ou “quero”, indicando o que deseja comprar. Nesse caso, a falante viola a máxima da *relação*, uma vez que não parece pertinente a um contexto de compra em uma confeitaria que se solicite ao funcionário que simplesmente “olhe” algum produto no balcão.

¹⁹ Por expressão idiomática, entendemos a definição clássica de Xatara (1998): “*expressão idiomática* é uma lexia complexa indecomponível, **conotativa** e **cristalizada em um idioma pela tradição cultural**” (XATARA, 1998, p. 170, grifos nossos).

Evidentemente, essa escolha da falante está relacionada à naturalidade com que trata as expressões idiomáticas em sua língua materna, justamente por serem cristalizadas culturalmente. Com a violação que produz, ela busca que seu interlocutor infira que ela quer que ele lhe dê os dois pastéis, e não que apenas os olhe.

Mais uma vez, o interlocutor parece não reconhecer a interpretação pretendida. Além disso, somamos a essa análise a hipótese já levantada anteriormente a partir do comentário da internauta portuguesa: a de que não cabe ao funcionário *julgar* o desejo do cliente, mas buscar atendê-lo do melhor modo possível, ainda que ele soe bastante estranho, e até sem sentido, nesse caso (diferentemente do exemplo do café, que ainda apresentava alguma coerência).

(15) *Aquela caixinha*, por Julia Wiltgen

Fui comprar pastéis de Belém no local onde eles são fabricados.

Lugar lotado, balconistas concentrados, atendendo todo mundo super rápido e com muita seriedade.

Os pastéis de Belém vêm (ou pelo menos vinham) numa caixinha sextavada de papelão.

Eu e minha mãe nos aproximamos do balcão e ela pergunta a um dos atendentes:

— *Os pastéis de Belém são aquela caixinha?*

O balconista responde:

— *Não, senhora, é o que tem dentro!*

Ele continuou os atendimentos super sério e eu e minha mãe caímos na gargalhada.

(16) *Posso estacionar?*, por Filipe Teixeira

Num bar no centro histórico de Lisboa, uma brasileira entra e pergunta:

— *Posso estacionar aqui na frente?*

O balconista responde:

— *Claro que pode. Só corre o risco de levar uma multa.*

Nesses dois exemplos (e últimos que analisaremos), os falantes de PB parecem violar a máxima da relação (e, em 15, também a da qualidade).

Em (15), a falante de PB faz uma pergunta que não parece ser pertinente, uma vez que não é possível que o termo “pastéis” denote o mesmo que o termo “caixinha”, em português. Além disso, viola a máxima da *qualidade* ao perguntar algo que sabe ser falso; afinal, pastéis de Belém são um doce, e não um tipo de embalagem. No entanto, essa violação parece ser propositada pela estrutura linguística “econômica” escolhida pela falante PB, que opta por “resumir” a frase, que provavelmente quer dizer algo como: “os pastéis de Belém são *o que vem dentro*”

daquela caixinha?”. O que ocorre é que, devido a essa construção não ser reconhecida pelo balconista (falante de PE), ele interpreta apenas o sentido literal da pergunta, esclarecendo algo de que a falante de PB possivelmente já tinha conhecimento (mas deixou disponível apenas no nível pragmático – do implicado – e não na camada semântica). Além disso, o fato de o balconista ter continuado seu atendimento sem considerar ter havido *mal-entendido* algum é uma evidência dessa interpretação literal que fez da pergunta. As falantes de PB riem justamente por terem esperado que o interlocutor derivasse a implicatura – o que, evidentemente, não ocorreu.

Em (16), a falante faz uma pergunta para a qual já sabe que a resposta é obviamente positiva, uma vez que tem consciência de que tem a *capacidade* de estacionar o carro naquele lugar – ou seja, a pergunta que faz também não parece ser pertinente. No entanto, uma vez que pressupomos que o padrão é não fazermos perguntas óbvias, ao perguntar se *pode* estacionar, ela na verdade quer saber se é *permitido*, se está *de acordo com as leis* estacionar o carro na frente do bar. O interlocutor, no entanto, parece não interpretar essa violação da máxima, atendo-se apenas ao sentido literal. Isso fica evidente quando afirma que ela “corre o risco de levar uma multa” – ou seja, não é permitido estacionar ali.

Finalmente, após essas análises que buscaram uma certa generalização linguística, reforçamos que nosso foco foi explicitar as implicaturas que os falantes de PB desejavam que seus interlocutores extraíssem a partir das construções que optaram por fazer, pois partem do cálculo inferencial acostumados a fazerem em sua língua materna.

Acreditamos ter feito um percurso que possibilitou ao leitor visualizar esse processo de maneira mais detalhada – e, com isso, entender, por exemplo, porque a maioria dessas histórias nos causa riso. É basicamente uma questão *pragmática*, mais especificamente de geração de *implicaturas conversacionais*.

6. Considerações finais: o que fizemos e o que ainda pretendemos fazer

Este trabalho teve como objetivo apresentar algumas distinções pragmáticas geradas a partir de interações entre falantes de PB e de PE, especialmente aquelas relacionadas à geração e à interpretação das chamadas *implicaturas conversacionais*.

Assim sendo, consideramos ter cumprido nosso objetivo principal, além de termos proposto análises que nos possibilitam compreender o motivo da existência

dessas distinções aparentemente motivadas culturalmente, mas que se manifestam linguisticamente. Nesse âmbito, o presente estudo contribui para ampliar a discussão sobre esse ponto tão central na Pragmática, que é a noção de *implicaturas*.

Ademais, acreditamos ter possibilitado que se compreenda que esses *mal-entendidos* entre falantes do PB e do PE, diferentemente do que diz o senso comum, decorrem não de “falta de inteligência” de alguma das partes que interagem; ou apenas do “humor irônico português”; mas de distintas utilizações da *lógica linguística*; isto é, de distinções essencialmente *pragmáticas*.

Com o percurso que fizemos por meio dos dados discutidos nesta pesquisa, acreditamos ser possível concluir que, a partir de uma perspectiva griceana, é possível fazer uma análise de dados reais de interação, incluindo aqueles que representam diálogos entre falantes de comunidades linguísticas distintas (neste caso, do PB e do PE).

Por fim, destacamos a necessidade de se aprofundar os estudos nessa área, especialmente nesse campo de interface entre o PB e o PE, que nos é especialmente caro enquanto interessados nos estudos linguísticos.

Como uma possibilidade de expansão deste estudo introdutório, sugerimos um aprofundamento desta discussão em trabalhos futuros que incluam outros direcionamentos, como, por exemplo, o uso de informantes falantes de PE por meio de algum tipo de questionário que possa nos levar a conclusões mais precisas sobre o que não foi nosso enfoque neste trabalho, i.e., o que o interlocutor, falante de PE, interpreta a partir de determinadas construções dos falantes de PB.

Assim, poderíamos buscar concluir quais das hipóteses que apresentamos se aproxima mais da realidade: se os falantes de PE geram, de fato, apenas a interpretação literal, e a geração da implicatura (que seria relativamente cotidiana para os brasileiros, como nos exemplos que mencionamos) para eles não se dá; ou se eles geram a interpretação de base (literal) e uma (ou mais implicaturas) e acabam por ou selecionar uma implicatura diferente do falante de PB, ou ignorar essa(s) implicatura(s), optando pela interpretação literal como mais relevante, em detrimento da implicada.

Portanto, a análise aqui proposta e as possibilidades de futuros desdobramentos neste campo de estudos nos levam a crer que ainda há perspectivas muito interessantes a partir das quais se podem analisar dados como estes que selecionamos.

REFERÊNCIAS

- CAPANEMA, R. *16 histórias de Portugal que parecem piada, mas são reais*: De burros eles não têm nada. Nós é que falamos outra língua. 2015. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/br/rafaelcapanema/historias-reais-de-portugal-mais-engracadas-que-piadas>>. Acesso em: 24 out. 2018.
- DASCAL, M. Pragmática e intenções comunicativas. In: DASCAL, M. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005. p. 27-53. Trad. de Marcia H. L. da Rocha.
- DASCAL, M. A estrutura pragmática da conversação. In: DASCAL, M. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005. p. 539-559. Trad. de Marcia H. L. da Rocha.
- DASCAL, M. Relevância Conversacional. (Trad. Marco A. de Oliveira). In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p.105-131.
- DASCAL, M. Introdução. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p. 7-22.
- FUJIHARA, A. K. *Pragmática e não cooperação*. 2016. 184 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44729>>. Acesso em: 01 maio 2019.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. (Trad. João W. Geraldi). In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p. 81-103.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. p. 41-58. In: COLE, P.; MORGEN, J. L. (orgs.). *Syntax and Semantics 3: Speech Arts*. Nova York: Academic Press, 1975.
- HENRIQUES, C. C.; LEGROSKI, M. C. *Semântica e Pragmática*. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017. v. 1. 260p.
- HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEVINSON, S. C. O Âmbito da Pragmática. In: LEVINSON, S. C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 1-64. Trad. de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari.
- LEVINSON, S. C. A Implicatura Conversacional. In: LEVINSON, S. C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 121-207. Trad. de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari.
- PINTO, J. P. Pragmática. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 55-79.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. *Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas*. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2014.

STALNAKER, R. C. Pragmática. (Trad. Marco A. de Oliveira). In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982. p. 59-84.

XATARA, C. M. Tipologia das expressões idiomáticas. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 42, 1998. p. 169-176. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/107760>>. Acesso em: 28 maio 2019.